



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 20ª
(VIGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 24 DE MARÇO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Eu gostaria de cumprimentar pela visita à Câmara Legislativa do Distrito Federal todo o pessoal da galeria, que está aqui lutando pelas suas legítimas reivindicações. Esta aqui é a Casa do povo, é a Casa de ressonância, é a Casa onde todos ouvem a mesma voz, porque aqui estão os representantes de vocês.

Parabéns pela visita a esta Casa e sejam bem-vindos.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero cumprimentar as pessoas que estão na galeria, composta de ex-alunos, vamos dizer assim, que concluíram seus cursos da Academia de Polícia Civil. São peritos médico-legistas, peritos criminais, papiloscopistas e escrivães de polícia, a categoria mais sofredora do quadro da Polícia Civil. Falo carinhosamente, aqui. Levem pelo carinho. Os escrivães são mais conhecidos, porque têm a atividade mais pesada, como “escravões”, não é verdade? Nós haveremos de nos libertar desse chavão, se Deus quiser!

Eu queria, Sr. Presidente – não sei se é possível –, que pudéssemos, em seguida à leitura do Expediente, receber uma comissão composta de presidentes de associações e do Sindicato da Polícia Civil aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não há dificuldade nenhuma. Acato o pedido de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 53, de 27/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 20ª Sessão Ordinária.)

Eu autorizo o pessoal da Segurança a permitir a entrada, na sala dos Deputados, da comissão a que o Deputado Milton Barbosa se referiu no início, para que os Deputados possam ter contato com ela e ouvir suas reivindicações.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves. (Pausa.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, quebrando um pouco o protocolo, gostaria de prestar alguns esclarecimentos. Trouxemos aqui uma comissão de representantes das categorias, bem como dos sindicatos, presentes na galeria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, suspenderei a sessão por alguns minutos para que possamos receber a comissão. Não podemos misturar os assuntos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h41min, a sessão é reaberta às 16h07min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero comunicar a este Plenário que acabei de assinar o requerimento de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar esse jogo Brasil X Portugal, que inaugurou o estádio Bezerrão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Foram gastos, só nesse jogo, R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), sendo que com o cachê das duas seleções, R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). A pergunta é: onde estão os outros R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)?

Primeiro: quando eu vi os nove milhões, eu achei que era o estádio inteiro, não apenas um jogo numa noite, principalmente numa cidade em que o hospital público, há 3 quilômetros dali, vive no estado em que está.

Acho que é função de um Poder Legislativo sério fiscalizar o gasto de cada centavo do dinheiro do contribuinte, e temos que fazer uma investigação nesta Casa sobre esses gastos, esses R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) nesse jogo de abertura do estádio Bezerrão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Reguffe. É um requerimento, inclusive, da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 19ª Sessão Ordinária.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu venho falar acerca do que aqui pontuou o Deputado Reguffe, que acabou de assinar o requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores para a constituição de uma CPI para investigarmos as denúncias de irregularidades nos eventos associados à reinauguração do estádio Bezerrão em 19 de novembro de 2008.

V.Exa. sabe bem que há um verdadeiro escândalo e é preciso que esta Casa investigue. Digo isso porque o contrato para as solenidades de inauguração do estádio tem um período de vigência de 12 a 21 de novembro de 2008. A quantia perfaz um total de 9 milhões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito aos Parlamentares e às demais pessoas que façam um pouco mais de silêncio, para ouvir os Comunicados dos Líderes e o pronunciamento que a Deputada Erika Kokay faz neste momento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Houve um contrato do Governo do Distrito Federal com uma empresa chamada Ailanto Marketing Ltda. Alguém já ouviu falar dessa empresa? Ninguém.

Ninguém ouviu falar porque a primeira nota fiscal que essa empresa emitiu foi para o Governo do Distrito Federal. Essa empresa foi contratada sem licitação, o que, parece-me, já é uma prática do Governo do Distrito Federal: prescindir do instrumento que assegura a impessoalidade e a transparência, que é a licitação, um instrumento que faz parte do nosso arcabouço legal.

O Governo do Distrito Federal pagou 9 milhões de reais a essa empresa. Emitiu 2 notas de empenho, uma delas de R\$ 5.832.000,00 (cinco milhões oitocentos e trinta e dois mil reais), e a outra de R\$ 3.168.000,00 (três milhões cento e sessenta e oito mil reais). A primeira nota de empenho foi efetivada 2 dias após iniciada a vigência do contrato, que perfazia 9 dias; portanto, 5 dias antes do evento. Cinco dias antes do evento, o Governo do Distrito Federal pagou quase 6 milhões a esta empresa dita Ailanto Marketing. Poucos dias depois, ou seja, 2 dias após o evento, pagou mais R\$ 3.168.000,00 (três milhões cento e sessenta e oito mil reais). Pagou a essa empresa, sem licitação, um total de R\$ 8.515.000,00 (oito milhões quinhentos e quinze mil reais).

Ora, levantamentos já feitos apontam que essa empresa tinha um capital de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Eu não estou falando de 800 mil reais ou 800 milhões de reais. Eu estou falando de exatos R\$ 800,00 (oitocentos reais). No endereço fornecido como dessa empresa, em verdade, havia um apartamento, não uma empresa. Foi essa empresa que foi contratada para organizar o evento de inauguração do Bezerrão com a seleção de Portugal. Repito que foi uma empresa contratada sem licitação.

Se formos pesquisar o que a legislação prevê para que não haja licitação, veremos que um dos elementos seria exclusividade na área. Ora, a empresa emitiu sua primeira nota fiscal para o Governo do Distrito Federal, portanto não havia exclusividade. Não havia nem história.

Outro elemento – Deputado Cristiano Araújo, V.Exa. sabe bem disso – diz respeito a notório saber e conhecimento no mercado. Mas como, se ao que tudo indica, a empresa não existia, já que a primeira nota fiscal foi para responder a um serviço de mais de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)? Essa empresa não tinha notório saber.

Mas, pasmem vocês, nós fomos investigar e ali percebemos que a nota de empenho foi autorizada diretamente pelo Governador José Roberto Arruda. Não foi o Secretário de Esportes que autorizou o empenho. O empenho foi feito diretamente pelo Governador do Distrito Federal. Temos aqui, portanto, anexada ao pedido de CPI, a cópia do empenho. E lá está escrito: autorizado diretamente pelo Governador José Roberto Arruda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Esta investigação, que hoje tem formatação de solicitação de CPI da bancada do Partido dos Trabalhadores, começou com o gabinete do Deputado Chico Leite e ganhou corpo com a atuação da bancada. Estamos efetivando 3 instrumentos. Um deles é a CPI – e solicitamos que os Parlamentares não se calem frente a tamanha irregularidade; não se calem frente a tamanha materialidade de um crime. O outro é o requerimento de informação acerca de todos os contratos e todos os processos feitos para contratação dessa empresa. Por último, requeremos a convocação do Secretário de Esportes para que venha a esta Casa e tente explicar isso. Há que se tentar porque, de toda sorte, é impossível haver uma explicação absolutamente fundamentada frente à materialidade das investigações aqui feitas, as quais, repito, começaram pelo gabinete do Deputado Chico Leite.

Portanto, a bancada do PT quer passar isso a limpo e solicitar aos Parlamentares que têm compromisso com a verdade, com o Poder Legislativo e com a nossa função precípua, que assinem essa CPI, como fez o Deputado Reguffe. Encerro minhas palavras lembrando Maiakovski: que a vida jamais permita que eu me acovarde e que, pela minha omissão ou pelos meus atos, eu fira uma história de compromisso com a verdade, de compromisso com a transparência.

Por isso, solicitamos aos Parlamentares que assinem o requerimento para apurarmos essa questão, porque obviamente os Parlamentares do Governo sabem que, se não há nada a dever, também não há nada a temer. Não assinar significa querer esconder o que já é obscuro e subterrâneo demais no que diz respeito à reinauguração do estádio Bezerrão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Erika Kokay fez menção à investigação do nosso gabinete que deu ensejo a todo esse histórico, enfim, ao labor de todos que estão preocupados com a transparência.

Há um dado, Sr. Presidente, que me preocupou muito e que nos fez entrar a fundo nessa investigação, fazer os levantamentos necessários, como é de nosso ofício. No dia 20 de novembro do ano passado, dia seguinte ao jogo de futebol, protocolamos um requerimento de informações aqui na Casa para que o Secretário de Esportes respondesse às indagações que acabam sendo respondidas pela investigação. Veja que, naquela data, Sr. Presidente, no dia seguinte ao jogo, pela pompa com que foi cercado, perguntávamos sobre os valores despendidos pelo Poder Público, e mais: perguntávamos qual a fonte e fazíamos as indagações depois respondidas pela investigação. E o pior: descobrimos na semana passada, meu Presidente, que esse requerimento ainda está no gabinete da Mesa Diretora desde aquela data.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Eu queria fazer esse registro a V.Exa., Sr. Presidente, em forma de ponderação. Quanto a esse requerimento de informação, Deputada Eurides Brito, semana passada tivemos notícia de que ainda está no gabinete da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O questionamento de V.Exa., Deputado Chico Leite, com certeza vai ser averiguado por esta Presidência junto à Mesa Diretora, para que seja dado andamento ao requerimento. E o requerimento apresentado pela Deputada Erika Kokay, pela bancada do Partido dos Trabalhadores, é muito mais amplo, porque trata não só da questão dos ingressos e tudo, mas principalmente do montante de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), que foi gasto sem licitação, e de outras questões que, com certeza, terão de ser esclarecidas pelo Exmo. Sr. Secretário e pelo próprio Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje estamos com um dia bastante movimentado, o que é muito bom para esta Casa Legislativa.

A respeito dos concursados da Polícia Civil, eu quero repetir que já os havia recebido, no último dia de sessão da semana passada, quando eles me pediram que atuasse junto ao Governo para ver a situação da chamada do concurso. Devo confessar que havíamos começamos a conversar com as instâncias governamentais e, quando hoje eu entro em plenário, fui surpreendida com essa sessão *sui generis*, que, a meu ver, dispensa então qualquer interlocução nossa, porque já se transformou numa interlocução realmente geral, ainda que já estivéssemos tratando do assunto.

Como eu gosto sempre de obedecer a ordens, sou uma pessoa realmente obediente, sinto não haver mais uma razão para que a Liderança de Governo continue encaminhando o assunto. Seremos 24 Deputados a encaminhar juntos. A partir disso, não há como pedir a uma Liderança de Governo que encaminhe a situação. Cada um pode encaminhar da maneira como bem o desejar.

Quanto à questão do pronunciamento sobre o custo da vinda da seleção portuguesa ao Brasil, naquela festa realmente gloriosa, em que todos os brasilienses, e os de fora também do Distrito Federal aqui vieram para inaugurar, ou reinaugar o Bezerrão, um evento que comoveu a todos, eu queria fazer pequenas considerações. O Governo Arruda nunca se furtou a dar informações quando solicitado. Então, a mim só causou estranheza, na tarde de hoje, a seqüência das providências que estão sendo tomadas, pela Liderança da Oposição, que tem o direito de tomá-las. Na verdade, o tem não só a Oposição, mas nós também, pois o Governo também nos deixa livres, na qualidade de bancada de Governo, para, quando temos dúvida quanto a qualquer questão ou sobre a lisura de qualquer ato, não ficarmos presos. Podemos buscar informações. Mas a seqüência das ações é que me causou estranheza.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Primeiro, número um: pede-se a assinatura para uma CPI; número dois: informa-se que, ao mesmo tempo, está sendo apresentado um requerimento com pedido de informação, para depois ser feita a convocação do Secretário. Eu acho que as duas medidas, que podem tramitar conjuntamente, permitem uma reflexão. Como se abre, se passa uma folha pedindo assinaturas para uma CPI, ao mesmo tempo em que se está pedindo informações? Então, as informações são apenas para florear? Porque eu acho que é o contrário, Deputado Rogério Ulysses. Primeiro devemos ter informações – se vamos pedir algo, que peçamos as informações – e, com os dados dessas informações, se eles não nos convencerem... Aqui não existe bancada de Governo, nem bancada de Oposição, porque quando se trata de ato público, de proibidade ou improbidade pública, é um dever desta Casa, é um dever de qualquer Parlamentar investigar, aconteça no Governo em quem acontecer, aconteça com quem acontecer.

Eu sou muito responsável para falar sobre isso porque, quando me fizeram, nesta Casa, falsas acusações, depois quiseram me botar um confete, dizendo assim: "Você pode responder por escrito, ou pode responder numa sessão reservada". Eu disse: "Jamais! Eu quero tribuna e com cadeia de rádio e de televisão, tudo, pois quem não deve, realmente não teme". Eu passei oito horas, nesta tribuna, respondendo acusação por acusação. O que aconteceu? Uns estão sendo extintos e outros, à medida que tramitam, chegam ao final e são arquivados. Por quê? Porque eram denúncias sobre areia.

Eu também estou interessada em obter informações, muito interessada. Por quê? Porque não se vai pensar também que se traz uma seleção de outro país para cá, uma seleção nacional, sem custos. Isso, no meu entendimento, já faz parte de toda uma preparação para que Brasília se constitua, venha a ser uma das capitais brasileiras a sediar a Copa do Mundo, que é um desejo de todos nós.

Então, o que eu quero dizer é que não faz sentido, pelo menos por ora – eu também não faço juízo prévio –, não há por ora, aí, sim, na qualidade de bancada de Governo, como assinar um pedido de CPI sem termos os resultados de informações que nos podem ser dadas.

Nenhuma seleção vai a um país sem que tenha um agente provocando a vinda dessa seleção. Não é assim. O Secretário de Esportes liga para a seleção da Bélgica, ou liga para a seleção tal e diz: "Eu queria, quanto custa?" e ela vem. Todos que saem do Brasil para o exterior, do exterior para o Brasil, têm operadora, têm o grupo que trata dessa visita.

Ao Governo do Distrito Federal, por certo, coube, em sabendo os custos, fazer o pagamento a quem foi credenciado para trazer de Portugal a seleção até aqui e daqui levar a seleção de volta para Portugal. Esse é o procedimento legal. Agora, em nenhum momento, o Governo se furta ou vai se furtrar, neste caso, a dar as informações. Esse pedido de informação eu considero pertinente, não seria eu quem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

viria à tribuna dizer: “Não vamos pedir informações”. Pedir informações é pertinente. Mas anunciar a abertura de CPI sem receber as informações que estão sugerindo, aí já me parece ser uma ação política com pê minúsculo.

Ainda quero dizer que estou também trabalhando no sentido de obtermos as informações. Já estou requerendo as notas taquigráficas de tudo que aqui foi dito e quero crer – como creio, porque o Governo tem se portado assim em todas as ocasiões e tem dado informações coisa por coisa – que as obteremos.

Era o que eu tinha a informar, Sr. Presidente, sem antecipar juízo de valor.

Na minha vida pública, tenho conhecido os arautos da desgraça alheia, os arautos da moral alheia, os arautos da honra alheia, e o resultado disso nunca é bom. O pior é para aquele que tem a sua honra, a sua envergadura moral, quando a tentam manchar e depois não tem o eco do retorno. É como aquela célebre história, é areia que se joga, é algodão que é solto e depois não se consegue nada. Mas daremos, como Governo, todas as informações.

Saúdo a Oposição pelo seu zelo de fiscalizar, que é uma função realmente desta Casa, mas pondero e atesto outra vez que não é uma atitude de quem quer realmente ter mais informações sérias anunciar, primeiro, CPI e, depois, pedido de informação. O correto é: primeiro, pedido de informação. Não satisfeitos com as informações, aí tomaremos e tomarão as outras providências.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eurides Brito.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, eu quero anunciar a V.Exa. e, anunciando a V.Exa., anuncio aos demais Parlamentares, a presença ao lado do plenário da direção do SINDAFIT, com seu Presidente Geraldo.

Esses trabalhadores estão em greve porque o Governador do Distrito Federal acertou com esses trabalhadores da carreira tributária, Deputado Rogério Ulysses, que iria encaminhar à Câmara Legislativa um projeto de lei para instituir uma política de incentivo à arrecadação tributária, que, como sabemos, andou muito mal alguns anos atrás e ainda anda mal, ainda mais numa crise econômica como essa. Se o Estado se organizar melhor para fazer a justa arrecadação, será melhor para as políticas públicas essenciais à vida das pessoas.

O Sindicato está na sala do cafezinho querendo conversar com todos os Deputados, porque eles estão em greve. Isso tem gerado prejuízo para a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

arrecadação do Governo do Distrito Federal. Eu quero, Sr. Presidente, prestar minha solidariedade a esses trabalhadores e pedir ao Governo do Distrito Federal que cumpra a promessa que fez a esses trabalhadores de encaminhar à Câmara Legislativa um projeto de lei que garanta um incentivo à arrecadação e reformule a tabela salarial dos trabalhadores, tão essenciais a esta cidade.

Então, quero saudá-los, prestar-lhes minha solidariedade e solicitar aos Deputados que se dirijam à sala do cafezinho para conversar e prestar solidariedade a esses trabalhadores da carreira tributária.

Agradeço ao Deputado Rogério Ulysses e a V.Exa., Presidente Deputado Cabo Patrício.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência agradece ao Deputado Paulo Tadeu. Receba a solidariedade desta Presidência e de todos os parlamentares desta Casa. É claro que todos poderão ir ao cafezinho fazer contato com esses profissionais da carreira tributária, que no momento estão em greve, aguardando o encaminhamento do projeto do Governo que corrige os salários desses contribuintes.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uso deste microfone para informar à Liderança do Governo e aos parlamentares que me ausentarei por alguns instantes para participar de uma reunião com o Movimento Social em Defesa da Habitação no Distrito Federal, com o Governador Arruda e com o Secretário de Habitação para tratarmos da Agenda Positiva da Habitação no Distrito Federal.

Quero inclusive comunicar a V.Exa. – que, como é bem informado, já deve estar sabendo – que o Governo Federal, juntamente com o Governo do Distrito Federal, lançará no próximo domingo o programa Um Milhão de Moradias para o País. Estamos nessa agenda positiva e participarei agora de uma reunião organizacional.

Peço licença a V.Exas. para me retirar. Logo em seguida, retornarei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Agradeço ao Deputado Batista das Cooperativas.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

(Expediente publicado no Suplemento DCL nº 53, de 27/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 20ª Sessão Ordinária.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dividirei o horário de liderança com o Deputado Raimundo Ribeiro.

Quis vir à tribuna, primeiro para relatar que o SINPRO – Sindicato dos Professores visita esta Casa hoje e faz um convite a todos os parlamentares para, nesta sexta-feira às 9h da manhã, tomarem um café da manhã na sede do sindicato e ouvirem a sua versão sobre as contas do Distrito Federal. Quero, inclusive, parabenizar o SINPRO e a categoria dos professores do Distrito Federal pela forma como vêm tentando construir o diálogo com o Governo e pela forma como vêm conduzindo a movimentação e a manifestação por uma causa justa, que é o reajuste dos professores. Então, o SINPRO convida todos os parlamentares para, nesta sexta-feira, às 9h, tomarem um café da manhã na sede do sindicato.

O segundo tema que eu gostaria de abordar é que, na semana passada, a convite dos moradores do Cruzeiro, participei de uma reunião com o Secretário Giffoni sobre uma ação da AGEFIS naquela cidade, uma ação extremamente infeliz. Temos que lembrar que o Cruzeiro é uma das áreas mais antigas do Distrito Federal, que o Cruzeiro é uma região de gente de bem, que o Cruzeiro é formado por pioneiros do Distrito Federal. E qual não foi a surpresa daquela cidade ao ver uma ação arquitetada de notificação maciça de toda a Região Administrativa do Cruzeiro, inclusive com a ameaça de derrubada de casas e obras que existem há mais de 30 anos. Ali foram construídos muros e grades com o amparo de uma lei distrital desta Casa. Podemos até questionar a constitucionalidade da lei, mas, na época em que foram feitos os muros e as grades, havia amparo legal para tais construções.

A ação da AGEFIS naquela cidade foi extremamente infeliz, a truculência do Secretário Giffoni... Não se trata idoso, não se trata pioneiro daquela forma. Se, antes da notificação, tivesse sido feita uma convocação dos moradores para debaterem uma alternativa, buscando o caminho do diálogo, tenho certeza de que o impasse criado teria sido muito menor.

Existem coisas no Cruzeiro que precisam ser enfrentadas, como as quitinetes. Algumas questões precisam, realmente, da legalidade, mas você não pode pegar morador de bem, gente trabalhadora, honesta e pioneira e tratar da forma como eles foram tratados.

Eu me exaltei um pouco aqui. A pedido do Deputado Raimundo Ribeiro, vou dividir com ele o tempo para essa questão do Cruzeiro.

Dia 23 haverá uma audiência pública na qual, sem dúvida nenhuma, de forma muito contundente, enfrentaremos a truculência da AGEFIS e do Secretário



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Giffoni em relação ao Cruzeiro. Divido, então, o meu tempo e peço paciência ao nosso Presidente, Deputado Cabo Patrício, para que permita que o Deputado Raimundo Ribeiro possa também falar sobre o tema.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dando continuidade...

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Deputado Raimundo Ribeiro, antes de V.Exa. começar, eu queria lhe pedir um aparte e saudá-lo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Vou ser muito rápido. Eu gostaria de me solidarizar com o que o Deputado Rogério Ulysses falou. Na última terça-feira, aprovamos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar um requerimento de audiência pública de autoria de vários Parlamentares. Eu também penso da mesma maneira. Estranha-me o comentário do Deputado Rogério Ulysses – a referência não é duvidando de S.Exa. – porque o Corregedor Giffoni tem sido muito correto nas suas ações, muito cortês inclusive. Penso que foi um momento infeliz.

De toda sorte, quero dizer que estarei nessa audiência defendendo a habitação, a moradia, o direito sagrado do morar, mas da forma correta, da forma verdadeira. Acho que esta Casa tem de se empenhar nessa discussão. Onde houver truculência, o próprio nome já diz. É um nome feio. Nosso prefeito João de Deus, com certeza, concorda comigo que é um nome feio: truculência. Também sou contra isso.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, V.Exa. sabe muito bem, aliás, muito mais do que eu, pois já o conheci advogado nos balcões das delegacias policiais, que há um brocardo jurídico que diz o seguinte: “A lei do tempo rege o ato.” E todas aquelas edificações foram feitas sob o pálio de uma lei produzida nesta Casa e depois julgada inconstitucional. Se é para desfazer, é preciso que se leve tudo isso em conta, que se veja quais são os parâmetros. Tem de levar o Governador. Eu sei que, numa reunião, S.Exa. teria dito ao Secretário Giffoni que fizesse uma revisão nessas questões antigas para que não as atropelasse, não as usasse de sobressalto.

Amanhã haverá essa audiência. Os moradores estão em posição de defesa e, se estão em posição de defesa, não têm que atacar. É preciso buscar o consenso e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

tenho certeza de que o Secretário Giffoni, ao sinalizar com um possível projeto de lei, assim o fará dentro dos parâmetros da normalidade. Se ele sinalizou, é porque o Governo vai lhe dar respaldo para que aquela situação seja resolvida.

Cabe a nós, então, intermediar a questão entre os moradores e o Governo para que saia uma solução sem atropelos e sem sobressaltos. Tenho certeza de que daí advirá uma solução para o problema.

Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Milton Barbosa.

Sr. Presidente, ainda dentro desse tema, quero dizer que, na semana passada, com a concordância de todos os membros da comissão, foi aprovado o requerimento para a realização de audiência pública amanhã, dia 25, às 19 horas, na sede da ARUC.

Sem adentrar o mérito dessa questão, quero deixar bem claro também que há, sim, uma insatisfação generalizada da comunidade do Cruzeiro sobre a forma como a operação se desenvolveu. Quando há focos localizados de insatisfação, pode-se até imaginar que haja exageros de algumas pessoas. Porém, a insatisfação é generalizada. Por isso, acho importantíssima essa intermediação, essa ação da Câmara Legislativa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Raimundo Ribeiro, a meu ver, V.Exa. aborda muito bem a questão, o que dá ensejo para que lembremos quantos anos levou para que a lei tenha sido considerada inconstitucional. E até ser considerada inconstitucional, ela era constitucional. Portanto, esse problema é um problema que ninguém fez a bel prazer. E esta Casa participou muito para que saísse a autorização para as grades através de um trabalho diuturno do então Deputado Odilon Aires, morador do Cruzeiro, que não levaria a sua população a uma ação suicida se, à época, assim como todo o Legislativo, tivesse a convicção de que isso era natural.

Acho que é um momento de bom senso, realmente, e de intermediação a fim de vermos como a questão pode ser conduzida. Enquanto isso, ainda há grades no Plano Piloto, ainda há salão de festas onde não deveria haver, em determinados blocos, e tudo o mais. Então, temos de ver o passado, quando foi feito e qual a legislação desse período. Temos de estudar com cautela para não levarmos famílias e mais famílias ao desespero. Há investimentos feitos por essas famílias e há, também, a segurança que essas famílias adquiriram depois de adotarem uma postura que a legislação a elas concedia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

V.Exa. aborda a questão num momento muito oportuno.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte da Deputada Eurides Brito.

Quero dizer que amanhã, sob a Presidência do Deputado Bispo Renato, Presidente da Comissão, estaremos no Cruzeiro. Convidamos todos os moradores, bem como todos os Parlamentares, a participarem, para que estejam lá contribuindo com o debate. Certamente os membros do Governo estarão presentes.

É fundamental que deixemos claro que esse tipo de insatisfação generalizada foi ocasionada por algumas ações que não correspondem ao espírito que preside as ações que o Governo que aí está – o qual nós integramos – tem sempre encetado. É a nossa idéia levar essa questão à discussão para que ela seja definitivamente resolvida. O Cruzeiro tem um problema e nós – quando digo nós, refiro-me a todos que ocupamos funções públicas – não temos o direito de criar outro problema em cima do que já existe. Aliás, nós temos de ajudar na solução.

Sr. Presidente, eu gostaria de, rapidamente, dizer que estive ontem na ARUC e lá tive a oportunidade de ser cobrado por algo que, neste momento, parece estar um pouco distante: as pesquisas que o Governo do Distrito Federal fez com relação ao local do carnaval no cinqüentenário de Brasília. Hoje o carnaval é realizado na Ceilândia, mas há uma manifestação majoritária de que deveria ser realizado no Plano Piloto. Para cumprir o compromisso que assumi com a comunidade do Cruzeiro, principalmente com o pessoal da ARUC, estou aqui nesta tribuna para cobrar e, já trabalhando para o Carnaval do Cinqüentenário, ter a oportunidade de verificar o que o Governo está fazendo. Então, é preciso verificar se o Governo realmente fez algo no sentido da transferência.

Muito obrigado pela paciência de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu gostaria de registrar, neste microfone, a presença do ex-Deputado João de Deus, que agora é Prefeito de Água Fria. Muito nos honra a sua visita porque S.Exa. defendeu, veementemente, os Deputados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal quando do seu mandato. Hoje, está aqui esbelto e trouxe apelidos a todos os Deputados desta Casa.

Muito obrigado, João! Sucesso na sua empreitada! S.Exa. sempre foi muito calmo, nunca derrubou microfone ou brigou aqui!

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Serei breve. Saúdo o nobre Prefeito de Água Fria, João de Deus, meu amigo particular. Sua presença aqui só nos dá força para que possamos falar com mais veemência, a cada minuto, sobre aquilo que pensamos sem prender a língua!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Reproduzindo as palavras do Prefeito, S.Exa. manda um abraço a todos os servidores desta Casa e diz que sente muita saudade, principalmente daqueles a quem sempre joga beijos.

Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o que disse o Deputado Rogério Ulysses e concordo em gênero, número e grau que o idoso não deve ser desrespeitado, que o morador e o povo não devem ser desrespeitados. Agora, colocar o nome do Secretário Roberto Giffoni como autor disso, não!

Aliás, eu queria parabenizar o Sr. Roberto Giffoni e dar um testemunho, porque me admiraria muito se ele estivesse agindo dessa forma como foi colocado, porque todos nós sabemos que se trata de um homem público, um grande funcionário, amável, com educação, com boa formação, um advogado que atende a qualquer um a qualquer hora e que ainda fez parte de várias frentes de trabalho junto ao Vice-Governador Paulo Octávio. Duvido muito que ele tenha feito isso. Só se houve algum deslize, em algum momento, por insatisfação de alguma pessoa. Mas quero dar um testemunho e quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem sendo feito. Tenho certeza absoluta de que esse não é o perfil do Sr. Roberto Giffoni. Então, alguma coisa está fora do circuito e eu gostaria de deixar registrado esse protesto a favor dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência também concorda com V.Exa. porque sou testemunha. Quando ele estava saindo do Buritinga para ir à reunião do Cruzeiro, eu lhe perguntei: “V.Exa. está indo para o Cruzeiro. O senhor vai derrubar os muros das casas, o senhor vai tratorar aquilo lá tudo”? Ele respondeu: “Não, só tem um problema em que a lei não pode existir: o problema das quitinetes que estão nas áreas públicas, mas o resto tudo é fácil de contemporar”.

Então, eu achei uma pessoa preparada, precavida, instruída para ir até lá, não para abrir guerra com a população, e sim para achar um consenso em que todos se saíssem bem, tanto o Governo como a população em geral.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro corroborar as suas palavras e também dizer que eu fiz a mesma indagação ao Secretário Giffoni. Não podemos esquecer que ele também tem recomendações do Ministério Público, sobre as quais ele deve dar satisfações, não pode recebê-las e arquivá-las. Mas ele é realmente um negociador. Dentro do projeto Brasília Legal, ele vai saber conduzir isso da melhor forma possível. É evidente que o nosso papel como Parlamentar é entrar nesse meio para tentar ajudar e ver o que é realmente melhor para a população.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. inversão de pauta para que sejam apreciados no início da votação os Itens nºs 22 e 23. Ambos se referem a pedidos do GDF de empréstimos na Caixa Econômica com prazo para dar entrada, já com a anuência desta Casa Legislativa na esfera federal. Alguém pode dizer, como já disseram: “Mas tudo chega tão rápido”! Não, as negociações com o Governo Federal, com estipulação de percentuais, também só foram concluídas na semana passada. Sabemos que todas as áreas governamentais andam um pouco conturbadas. Muitas vezes não sabemos se podemos ir, até onde podemos ir, se podemos soltar. Então, há um prazo que requer a boa vontade desta Casa para fazer a inversão.

A CCJ, num trabalho diligente do nosso Presidente Deputado Rogério Ulysses, já votou pela manhã os dois projetos. A CEOF, pela manhã, também já votou. Falta apenas a CAF dar seu parecer em Plenário para colocarmos essa matéria em votação.

Além disso, Sr. Presidente, nos reunimos com os técnicos do Governo nesta tarde, de 14h30min as 15h30min, para que eles dessem explicações, respondendo às dúvidas que porventura ainda existissem por parte dos Parlamentares. Vários Deputados enviaram os seus assessores, a Oposição também os enviou, e as dúvidas que ainda existiam ali foram dirimidas. Portanto, estamos prontos para votar.

Como bem lembra o Deputado Cristiano Araújo, nosso Presidente da CEOF, há também um crédito suplementar na Casa pronto para entrar em pauta. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.149, de 2008. Se V.Exa. pudesse depois, em sessão extraordinária, como item extrapauta, fazer a inclusão deste crédito suplementar, seria muito bom. Solicito, porém, prioridade para a votação dos empréstimos, porque estamos correndo contra o prazo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pergunto a todos os Deputados que se encontram no Plenário, bem como aos que estão no cafezinho, se há óbice a esse pedido da Deputada Eurides Brito. Há vetos que trancam a pauta. (Pausa.)

Como não houve nenhuma manifestação, acato o pedido de V.Exa. Os vetos não serão empecilhos para a votação dessas matérias. Acato também o segundo pedido de V.Exa. sobre a inclusão na Ordem do Dia do crédito.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer à Segurança o respeito que está tendo com as pessoas que hoje trazem, Deputado Wilson Lima, uma coisa diferente a esta Casa, que tem o caráter investigativo – até que enfim chega algo para se investigar nessa proposta! O Deputado Paulo Tadeu é alvo também desta denúncia, não como investigado, mas como a pessoa que estará à frente dessa investigação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Nós estamos recebendo aqui os trabalhadores de empresas terrestres, passageiros urbanos interestaduais, o pessoal da SITTRATER – Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Distrito Federal, que participou da eleição dos rodoviários do Distrito Federal: chapa nº 2.

Eu quero ler, Sr. Presidente, aqui, o teor dessa denúncia que eles colocam exatamente nos termos do Regimento Interno, art. 72. Eles dizem que querem mostrar os vídeos, fotos e outras provas que demonstram a provável fraude que começaria desde o dia da eleição da comissão eleitoral, a comissão que aprova e direciona como o pleito será conduzido e por quem, com paridade das chapas, coisa que não aconteceu nem no decorrer dos 60 dias de campanha, nem nos 3 dias de votação, muito menos na apuração dos votos. Eles discorrem sobre toda essa situação e falam no final que há outros indícios, como, por exemplo, fotos do atual Presidente do Sindicato dos Rodoviários com uma urna debaixo do braço e no interior do veículo dele. Falam sobre as mazelas que aconteceram naquela eleição.

Então, diante dessas situações, eles solicitam com urgência que a Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, que tem a prerrogativa das investigações e também da condução das questões sociais desta cidade, se organize. Sugerem também que se instale uma comissão parlamentar de inquérito, haja vista que o Sindicato dos Rodoviários por muitos anos – vamos dizer décadas – não faz essa rotatividade de poder.

Deputado Reguffe, como uma eleição pode ser apurada em três dias com urnas manuais, e essas urnas ficarem sediadas, guardadas na sede da atual diretoria do sindicato? Houve um tumulto, uma briga. Por tantas coisas terem acontecido, eles estão pedindo, hoje, que o Poder Legislativo faça um pronunciamento. Citaram o nome do ex-Deputado Chico Vigilante, que participou desta Casa, e do Sr. Daniel Abreu Correia como pessoas que provavelmente participaram dessas questões de irregularidades. O ex-Deputado Chico Vigilante é vigilante, não é rodoviário para participar da questão das eleições.

Eles pedem para juntar os três requerimentos de encaminhamento, o mapa parcial, contando as folhas, 22 folhas e fotos do dia da apuração, 3 CDs contendo os filmes, as duas ações judiciais no TRT, uma ação judicial na 21ª Vara Federal do Trabalho, uma representação junto ao Ministério Público do Distrito Federal, o termo de autuação e distribuição, o estatuto – que é um estatuto complexo, feito de forma muito monárquica, porque ali realmente não há democracia e não há uma forma de fazer essas mudanças e alternâncias que são muito salutares no poder – e também a fita de vídeo da assembléia e a agressão que eles sofreram no dia da apuração.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BRUNELLI – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, primeiro quero parabenizar V.Exa. por trazer este tema para discussão no plenário



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

desta Casa e quero deixar duas opiniões minhas sobre a questão da política sindical e dos sindicatos.

A primeira diz respeito às infundáveis reeleições de presidentes de sindicatos neste país. Isso deveria ter um limite. Até porque a reeleição inibe a renovação, e eu penso que a alternância de poder é melhor para a democracia. Portanto, deveria haver um limite para as reeleições de presidentes de sindicatos.

Temos vários presidentes de sindicatos, neste país, que são presidentes há quase 20 anos. Isso é um absurdo. Isso faz com que a pessoa se sinta dono do sindicato e perca a noção de que aquilo é apenas um serviço.

A segunda questão é a contribuição sindical. Penso que ela não pode ser obrigatória. Não se pode obrigar um trabalhador a pagar um imposto sindical quando ele não quer fazer isso. Se ele se considerar representado no sindicato, ele irá pagar. Mas não se pode obrigar uma pessoa a contribuir quando ela não se considera representada. Isso é antidemocrático.

Parabenizo V.Exa., Deputado Brunelli, por trazer esse tema a esta Casa.

DEPUTADO BRUNELLI – Agradeço ao Deputado Reguffe o aparte e informo que tenho em mão documentos para qualquer esclarecimento. Para registro, irei inclusive passá-los ao Deputado Paulo Tadeu, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, uma pessoa que tem trabalhado para isso.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BRUNELLI – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Brunelli, quero, é claro, fazer aqui uma saudação aos trabalhadores rodoviários e prestar a minha solidariedade a eles, pois sei o quanto são explorados e humilhados pelos patrões do transporte público de Brasília.

Recebi, na tarde de hoje, essas denúncias que foram entregues à Comissão de Assuntos Sociais. A Comissão fará a análise desse material que foi entregue por esses trabalhadores.

Não entendi muito bem a intervenção de V.Exa., mas quero, de imediato, dizer que o ex-Deputado Chico Vigilante – foram os próprios trabalhadores rodoviários que me disseram isto – foi o presidente da comissão eleitoral. Foi ele quem deu recibo das diversas denúncias feitas por esses trabalhadores. O ex-Deputado Chico Vigilante não teve nenhuma participação no processo eleitoral. Ele apenas presidiu a comissão eleitoral.

Com relação ao processo de alternância de poder, o Deputado Reguffe defende aqui uma renovação na direção dos sindicatos. Também acredito, Deputado Reguffe, que a renovação é sempre importante. Devemos ter um certo cuidado para que o Estado não imponha uma regra que deva ficar a cargo dos trabalhadores,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

porque, quando o Estado também limita a renovação de mandatos, quando limita a possibilidade de reeleições, ele intervém na organização dos trabalhadores.

Concordo com V.Exa., Deputado Reguffe, quanto à cobrança do imposto sindical. Quando fui dirigente sindical, o nosso sindicato sempre devolveu aos trabalhadores a parte que lhes cabia, porque uma parte do imposto sindical vai para a confederação e a outra, para a federação. Se não me engano, 60% vão para o sindicato. Aquilo que cabia ao nosso sindicato era devolvido aos trabalhadores que optavam pelo não pagamento. Quanto ao resto, não tínhamos nenhuma ingerência, porque ficava com a confederação e a federação. Portanto, acho também um absurdo o trabalhador ser obrigado a pagar um imposto sindical que ele não quer.

Com relação ao processo eleitoral, acredito que são os trabalhadores que terão de definir se cabe ou não renovação, se deve haver ou não um processo de reeleição. Fico muito preocupado quando muitas direções de sindicatos se desviam de seus caminhos e entram pelo mundo da corrupção, do favorecimento, do chamado peleguismo sindical, não defendendo os trabalhadores e até os traíndo.

Encaminharemos todas essas denúncias, Deputado Brunelli. Todas as denúncias que a Comissão de Assuntos Sociais recebe na tarde de hoje, dos trabalhadores rodoviários, serão encaminhadas – aquilo que cabe dentro da Lei Orgânica e do Regimento Interno desta Casa. Faremos a nossa parte e daremos uma resposta a esses trabalhadores. Os trabalhadores rodoviários merecem o nosso respeito e a nossa solidariedade, em especial porque são trabalhadores explorados, de maneira criminoso, pelos patrões que comandam hoje o transporte público de Brasília. Assim, somo-me no sentido da apuração dessas denúncias.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, agradeço a intervenção do Deputado Paulo Tadeu, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Quero deixar claro que não tenho nada a favor ou contra o Deputado Chico Vigilante. Que essas denúncias sejam realmente apuradas, que não fiquem dentro da gaveta. E que possamos buscar toda a transparência necessária, para que a população tenha – e certamente terá – dirigentes sindicais do lado do povo e para que haja, principalmente, melhorias no transporte coletivo do Distrito Federal.

Agradeço, também, a intervenção do servidor público Judson, que trouxe esses trabalhadores aqui. Ele é uma pessoa que desbrava a questão do sindicato.

Obrigado pela presença de vocês. Obrigado por terem a coragem de vir ao Legislativo e acreditar nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, todos os presentes, estivemos ontem, pela Comissão de Educação e Saúde, em visita a um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

hospital do Distrito Federal que é campeão em reclamações de toda ordem, e não sem razão.

Adentramos o hospital pela Clínica Médica, na qual deveria haver seis plantonistas. Havia apenas um e uma fila imensa. Eram 4 horas da tarde e alguns pacientes estavam lá desde as 8 horas da manhã. Saímos pouco depois das 6 da tarde, e praticamente as mesmas pessoas que encontramos às 8 da manhã ainda permaneciam lá. Isso poderia estar acontecendo apenas na clínica médica.

Fomos à Ortopedia e encontramos pacientes que estão, há mais de 30 dias, dentro do Pronto Socorro para serem operados. Isso inviabiliza o funcionamento de qualquer enfermaria. Imaginem de um pronto socorro.

Fomos também à Maternidade, onde havia 30 mulheres, das quais uma era puérpera e esperava, há 3 dias, a ida para a maternidade. Não adianta fazer parto, realizar cesariana, porque as pessoas não conseguem ser internadas. Realmente, está muito difícil.

Conversando com as pessoas lá de dentro, com as enfermeiras, descobrimos que há um déficit de 180 auxiliares de enfermagem e de 50 enfermeiras. Isso, sem falar da parte administrativa, que não existe.

Mesmo com toda a vontade do Governador José Roberto Arruda, a Secretaria de Saúde não anda, está parada. Chegou ao caos absoluto. E não é só o hospital da Ceilândia, não. O Ministério Público tem ido a algumas outras unidades e verificado o caos no qual se encontra a Saúde. Desse jeito, com as medidas que estão sendo tomadas, a Saúde continuará na UTI, sim, principalmente se continuarem mandando cirurgias eletivas para hospitais particulares. Aí, chegaremos a um momento inadmissível, em que não conseguiremos mais operar sequer os pacientes do sistema.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Charles, visitamos ontem o hospital da Ceilândia e a situação lá é realmente muito precária.

A Saúde, como V.Exa. bem disse, encontra-se na UTI. E não é só o hospital da Ceilândia, mas o do Gama, de Planaltina, de Sobradinho, enfim, de todas as cidades. Estamos vendo o Hospital de Santa Maria, inaugurado há um ano. No dia 21 de abril, seria bom trazer um bolo ao plenário para comemormos um ano de inauguração de um hospital que ainda está fechado.

Deputado Dr. Charles, eu queria perguntar a V.Exa. e à Líder do Governo: por que o atual Secretário de Saúde, Deputado Augusto Carvalho, não comparece a nenhum debate, não participa de nenhuma intervenção e só envia o Secretário



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Adjunto? Será que ele não tem conhecimento da questão da saúde pública no Distrito Federal? Era bom que ele passeasse pelos hospitais como fizemos ontem, que ele fosse às emergências e visse as pessoas morrendo, agonizando nos corredores.

Chama a atenção vermos R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) para execução de uma festa de inauguração do estádio Bezerrão, vermos R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em caixa para investimento no sistema financeiro, e as pessoas morrendo nos corredores dos hospitais. Isso chama a atenção de toda a população do Distrito Federal. O que esse Governo quer? Quer justificar a terceirização da saúde pública? É isso? É bom que fiquemos atentos!

Deputado Dr. Charles, V.Exa. é Presidente da Comissão de Educação e Saúde, e nós precisamos fazer outras intervenções e vistorias, inclusive com o Ministério Público e com os Conselhos de Medicina e Enfermagem, para que possamos no futuro entrar com um pedido de improbidade administrativa contra o Secretário e contra o Governador.

DEPUTADO DR. CHARLES – Deputado Cabo Patrício, V.Exa. me colocou em uma situação um pouco incômoda sobre por que o Secretário de Saúde não participa dos debates. Eu também realmente não entendo um Secretário não participar de sua pasta, que merece ser defendida com programas de saúde pública, de políticas públicas que melhorem ou, pelo menos, minimizem o sofrimento das pessoas do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Charles, eu, V.Exa. e o Deputado Cabo Patrício estivemos ontem no hospital da Ceilândia pela Comissão de Educação e Saúde. Como ser humano, foi deprimente o que vi naquele hospital. Já estive em outros hospitais públicos, fiscalizando outros hospitais, mas ontem vi pessoas agonizando nos corredores, como a Sra. Elizabete, que chegou ao hospital às 6h35min e ainda às 16h30m não tinha sido atendida. Aquele atendimento na emergência, é deprimente ver isso como ser humano.

Agora, como Parlamentar, tenho a responsabilidade de cobrar uma atitude do Governo do Distrito Federal. Penso que nós, da Comissão de Educação e Saúde, deveríamos convocar o Secretário de Saúde para estar presente aqui na Câmara Legislativa. Acho que deveríamos continuar com essas visitas nos hospitais. De 15 em 15 dias, deveríamos estar em hospitais diferentes fiscalizando, independentemente da presença da imprensa. Devemos cumprir a nossa obrigação de fiscalizar a qualidade do serviço público. O Poder Legislativo moderno é cada vez menos legislador e cada vez mais fiscalizador. Então, temos a obrigação de fiscalizar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Quero deixar essa sugestão a V.Exa. para que, de 15 em 15 dias, no mínimo, façamos uma visita a um hospital, em caráter permanente.

DEPUTADO DR. CHARLES – Deputado Reguffe, não vamos nos furtar de nossa responsabilidade. Acato a sugestão de V.Exa. Já era nossa vontade. Continuaremos fazendo isso para contribuir como cidadãos e como Parlamentares. Olharemos isso, faremos o relatório de nossas visitas e levaremos ao Secretário de Saúde. Caso não tome providências, tomaremos as nossas, que forem cabíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está encerrado o tempo destinado aos Comunicados de Líderes.

Indago se podemos iniciar as votações ou se algum Deputado quer fazer o uso da palavra.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foram protocoladas, com a assinatura de praticamente todos os Parlamentares, a indicação e a moção de solidariedade aos trabalhadores concursados da Polícia Civil que estiveram aqui presentes.

Se possível, eu gostaria de pedir a inclusão, como item extrapauta, dessa moção e dessa indicação e a votação pelo Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia me furtar de falar nos Comunicados de Parlamentares sobre a situação que estamos vivendo no Distrito Federal, não só na Saúde, como disse o Deputado Dr. Charles, mas também na Segurança Pública. E vim falar exclusivamente sobre isso.

Eu estou apresentando um requerimento convocando o Secretário de Segurança Pública, Valmir Lemos, e o Comandante-Geral da Polícia Militar, como também estou apresentando um requerimento à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para que se possa fazer inspeções em todos os postos policiais e quartéis da Polícia Militar.

Desde ontem, o Governador do Distrito Federal determinou ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Cerqueira, que instituísse na Polícia Militar a escala



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

de 24 horas. E os policiais militares trabalhando 24 horas nas viaturas! Não existe nenhum trabalhador que trabalhe mais de 8 horas. Mas os policiais estão 24 horas dentro de uma viatura ou 24 horas em um posto policial, para que o Governador possa implementar os postos policiais, como o que será inaugurado hoje na cidade de São Sebastião. Então S.Exa. precisa dar continuidade à política de segurança pública, que é a implementação dos postos.

Como dizem alguns, é uma dor de cotovelo daqueles que reclamam. Dor de cotovelo! Mas nós temos visto em todos os noticiários – é só pegar os dados estatísticos – e eu quero que o Secretário e o Comandante-Geral expliquem o motivo do aumento do número de seqüestros-relâmpago, de assaltos, de roubos em todas as cidades do Distrito Federal, principalmente em Brasília, mas também nas Regiões Administrativas. Não dá para admitir que em função disso se faça inauguração dos postos policiais com o sacrifício desses profissionais trabalhando 24 horas. Não há ser humano que consiga trabalhar 24 horas!

O *DF TV* mostrou ontem à noite e hoje, na primeira edição, as condições dos postos policiais. Não há banheiro adequado, não há alojamento, não existe nenhuma condição para esse profissional. Que os oficiais ou o próprio Governador fossem puxar 24 horas em um posto desses, Deputado Paulo Tadeu, ou em um quartel desses, para que a população visse as condições desses profissionais.

Então, eu espero que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar faça uma vistoria, Deputado Bispo Renato – V.Exa. que é o Presidente –, em todos os postos policiais para mostrar as condições desumanas, as mínimas condições de salubridade que esses profissionais têm hoje. Qualquer hora em que V.Exa. for – pode ser hoje mesmo, depois da sessão, à noite – em qualquer momento, irá encontrar esses profissionais amontoados nos chamados Kinder Ovos do Governador Arruda, nos postos policiais.

Sr. Presidente, gostaria que, ao iniciar a votação, V.Exa. incluísse como item extrapauta esses dois requerimentos: tanto o que deve ser enviado à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, para que seja feita a vistoria, Deputado Bispo Renato, como também a convocação do Comandante e do Secretário de Segurança Pública, para que venham a esta Casa – e é dever de cada Parlamentar aqui, seja da Oposição ou da Base do Governo – prestar esclarecimentos. A violência tem aumentado e não é dor de cotovelo, são vidas que estamos perdendo no Distrito Federal. E a violência tem aumentado diuturnamente!

Então, é importante que os Parlamentares votem pela convocação dos dois, para que eles possam prestar esclarecimentos, Deputado Geraldo Naves, principalmente o Secretário de Segurança Pública, que até o momento não mostrou a que veio no Distrito Federal. Até porque desde que ele assumiu como Secretário, os índices de violência só têm aumentado a cada dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está encerrado o tempo destinado aos Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 22:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.171, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimos internos com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Cristiano Araújo - CEOF

Deputada Jaqueline Roriz - CDESCTMAT

Deputado - CCJ

Solicito ao Deputado Geraldo Naves que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PPB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se aquilo que é aquiescido pela Presidência desta Casa tem procedência, tem efeito de cumprimento ou não. Faço esse questionamento porque a Deputada Jaqueline Roriz solicitou à Presidência que um filme fosse apresentado. O Presidente do IBRAM está presente nesta sessão, foi feito um trabalho pela Comissão, e essa apresentação dura 5 ou 3 minutos.

Eu mesmo vim a esta sessão para votar os créditos do Governo. Estive hoje pela manhã na CEOF, muito embora estivessem faltando alguns documentos, colocamos a pontuação, e estamos aqui aguardando por isso. No entanto, Sr. Presidente, como foi aquiescido por V.Exa. – acho que a solicitação feita pela Deputada Jaqueline Roriz não foi revogada –, solicito que, sendo pertinente, seja cumprida, por uma questão de bom senso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Brunelli, V.Exa. não estava presente no plenário, mas a Deputada Jaqueline Roriz conversou conosco, e eu falei que garantiria que S.Exa. apresentasse o vídeo e que não haveria dificuldade nenhuma. Isso não foi feito oficialmente, pelo microfone, e naquele momento em que V.Exa. chegou para apreciarmos o projeto, para não perdermos o empréstimo, foi solicitado pela Líder do Governo que todos os Deputados abrissem mão para votarmos. Então, logo depois, a matéria solicitada pela Deputada Jaqueline Roriz terá continuidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, obrigada. V.Exa. antecipou o que eu iria dizer. Eu conversei com a Deputada Jaqueline Roriz e me comprometi, porque sou uma dos que vão ficar para assistir à exposição de S.Exa. e à apresentação do vídeo. Não é porque o nosso querido Presidente do IBRAM esteja presente na Casa, mas por ser uma comemoração muito importante para a Comissão da Deputada. Em momento nenhum eu disse que não precisava. Eu disse, em separado para a Deputada Jaqueline Roriz, que não gostou do que eu disse, que o horário dos Comunicados de Parlamentares não é o apropriado para fazer exposição com vídeo.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Esta Casa recebe até *misses*.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Mas é horrível, não é? No outro dia, estamos no jornal sendo criticados por todos.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – V.Exa. tirou fotos com elas.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não tirei foto com elas, não. Eu não me presto a isso. Aliás, o Deputado Paulo Tadeu e eu não tiramos fotos. É verdade ou não é, Deputado? E V.Exa. não estava, mas nós dois estávamos e saímos para não aparecer na foto.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Eu pensei que V.Exa. tivesse saído na foto, porque estava de verde, com a mesma cor da roupa delas.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não saí na foto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Relatora, Deputada Jaqueline Roriz, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.171, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimos internos com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo é favorável, uma vez que a implementação do projeto de Corumbá Sul, chamado de Corumbá IV no governo passado, já havia começado para trazer água para Brasília.

Portanto, votamos favoravelmente ao crédito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Aprovados os pareceres da CEOF e da CCJ, passa-se à apreciação da matéria em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 23:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.172, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimos internos com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências".

Relatores: Deputada Eurides Brito - CEOF

Deputada Jaqueline Roriz - CDESCTMAT

Deputado - CCJ

Solicito ao Deputado Geraldo Naves que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.172, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimos internos com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências".

Sr. Presidente, somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Apreciaremos, em bloco, o requerimento e as moções de autoria do Deputado Paulo Tadeu que foram acatados como itens extrapauta por esta Presidência.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Indicação nº 6.413, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "sugere ao Exmo. Governador do Distrito Federal a nomeação imediata dos concursados e aprovados nos cursos de formação de Perito Criminal, Médico-Legista, Escrivão e Papiloscopista da Polícia Civil do Distrito Federal que aguardam nomeação pelo Governador do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 331, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "hipoteca solidariedade aos concursados e aprovados nos cursos de formação de Perito Criminal, Médico-Legista, Escrivão e Papiloscopista da Polícia Civil do Distrito Federal que aguardam nomeação pelo Governador do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 329, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à Educação do Distrito Federal, as pessoas que menciona".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Os Deputados que aprovam a indicação e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A indicação e as moções estão aprovadas com a presença de 14 Deputados.

Esta Presidência indaga à Deputada Eurides Brito se o processo do crédito já chegou à Mesa Diretora.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Essa resposta o Deputado Cristiano Araújo pode dar, mas, se não puder, os assessores da Mesa têm como perguntar à Comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Cristiano Araújo não está aqui. (Pausa.)

Deputado Cristiano Araújo, nós precisamos do projeto que trata do crédito, para votá-lo.

Esta Presidência vai encerrar a sessão ordinária e convocar sessão extraordinária para votação dos Itens nºs 22 e 23 da pauta original, bem como do projeto que trata do crédito suplementar.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aquiescendo a V.Exa., depois daquela questão da Deputada Jaqueline Roriz, há o Item nº 37. Nós previamente já agendamos uma audiência pública sobre precatórios do Distrito Federal e, por isso, peço que se inclua esse item na pauta, para que seja aprovado ainda nesta sessão de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. O item será apreciado na sessão extraordinária.

DEPUTADO BRUNELLI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto que trata do crédito já está a caminho da Mesa Diretora, vindo da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cristiano Araújo, V.Exa. tem mostrado competência quanto à condução dos trabalhos daquela Comissão. Obrigado.

Quero pedir desculpa aos Deputados e fazer uma retificação. A Presidência retira da votação anterior a indicação, porque esse tipo de projeto não se vota em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2009	15h35min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

plenário, mas nas Comissões. Então, está retirada a Indicação nº 6.413, cuja votação fica anulada.

Antes de encerrar a sessão, vamos apreciar o crédito.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Peço vista do projeto que trata do crédito, para verificar as 23 emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 1.171, de 2009;
- Projeto de Lei nº 1.172, de 2009.
- projeto que trata do crédito suplementar;
- outras matérias dos Deputados que desejarem.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 53, de 27/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 20ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência vai encerrar a sessão, convocando sessão extraordinária para apreciação dos itens já mencionados, além do Requerimento nº 1.433, de 2009.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h34min.)

Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 55-Suplemento, de 31/3//2009.